

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO

João Carlos de Araújo Júnior

Resumo: Esse artigo tem por objetivo ajudar a entender um pouco sobre a Educação Inclusiva, sua concepção, realidade e propostas, além de apresentar a diferenciação entre interação e inclusão, que as vezes tem se tornado nas ideias de muitos a mesma coisa. O Brasil tem se preocupado muito em concretizar a Inclusão, desde 1990 na Conferência Mundial de Educação na Tailândia, até a atualidade o sistema educativo do país tem sido colocado dentro da perspectiva inclusiva. No primeiro capítulo será apresentado um histórico da Educação Especial no Brasil, surgimento, leis etc. Depois o segundo capítulo será desenvolvido sobre a diferença de inclusão e interação, no terceiro capítulo será apresentada a pesquisa no Município de São Miguel do Guamá. Por fim, estão dispostas as considerações finais que trazem algumas reflexões e sugestões em acerca do tema discutido e abordado e as referências bibliográficas.

Palavras-chave: Inclusão. Interação. Educação Especial.

Introdução

Esse artigo tem por objetivo ajudar a entender um pouco sobre a Educação Inclusiva, sua concepção, realidade e propostas, além de apresentar a diferenciação entre interação e inclusão, que as vezes tem se tornado nas ideias de muitos a mesma coisa. O Brasil tem se preocupado muito em concretizar a Inclusão, desde 1990 na Conferência Mundial de Educação na Tailândia, até a atualidade o sistema educativo do país tem sido colocado dentro da perspectiva inclusiva.

Sendo assim, deve-se compreender que os objetivos tratados em relação a Inclusão escolar, tem seus fundamentos desde a formação docente até a convivência familiar. Como estão sendo formados nossos professores para atuar com a educação inclusiva? As

Universidades estão dando suporte físico e pedagógico para isso? E a convivência família e escola, como está?

Partindo dessas indagações surgiu o Fórum Permanente de Educação Especial (FPPEE), na Universidade do Estado do Pará – UEPA, Campus XI no município de São Miguel do Guamá, visando ajudar a compreender e a atuar na Educação Especial. Portanto, o FPPEE é o instrumento pesquisador na elaboração deste artigo, uma vez que os dados foram coletados no Município de São Miguel do Guamá. O artigo foi elaborado sob a orientação teórica de MANTOAN, PIMENTA, FREIRE, LIBANÊO, HAGE entre outros.

Dividido em três capítulos a saber: I. Contexto histórico da Educação Especial; II. Interação X Inclusão; III. Pesquisa de Campo.

No primeiro capítulo será apresentado um histórico da Educação Especial no Brasil, surgimento, leis etc. Depois o segundo capítulo será desenvolvido sobre a diferença de inclusão e interação, no terceiro capítulo será apresentada a pesquisa no Município de São Miguel do Guamá.

Por fim, estão dispostas as considerações finais que trazem algumas reflexões e sugestões em acerca do tema discutido e abordado e as referências bibliográficas.

2 Contexto histórico da Educação Especial

A Educação Especial por muito tempo tem se tornado o centro das atenções e discursões, vários documentos, fóruns, encontros, livros, leis etc, foram criados para debater essa temática. Desta forma não é diferente em relação a Educação Inclusiva, que é para muitos uma das diversas formas para a efetivação da Educação Especial dentro da realidade escolar e social de uma nação.

Na antiguidade os povos eram nômades, viviam da caça e coleta de frutos e raízes, a sobrevivência dependia muito do físico da pessoa, sendo assim era difícil uma pessoa deficiente física sobreviver. Nas sociedades helênicas, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram eliminadas da sociedade para não contaminar aquela raça, um pouco do discurso nazista, sendo assim, durante o período grego encontramos essa referência a eliminação das crianças deficientes

Quanto aos corpos de constituição doentia, não lhes prolongava a vida e os sofrimentos com tratamentos e purgações regradas, que poriam em condições de se reproduzirem em outros seres fadados, certamente a serem iguais progenitores. [...] também que não deveria curar os que, por frágeis de compleição não podem chegar

ao limite natural da vida, porque isso nem lhes é vantajoso a eles nem ao Estado (CAPELLINI, apud, Platão).

A educação especial no Brasil até o fim do século XIX foi determinada, pelos costumes e orientações vindas da Europa. Havia um abandono muito grande de crianças deficientes no país, nas portas de Hospitais, Igrejas, Colégios, Conventos etc. Muitas dessas crianças eram comidas por cachorros ou morriam de frio ou calor, fome e sede. No século XVIII, é criado a “roda de expostos” em Salvador e Rio de Janeiro, no século XIX em São Paulo, que tinha a missão de institucionalizar essas crianças deficientes que eram cuidadas por religiosas.

Em 1874 foi fundado o Hospital Juliano Moreira, em Salvador, que é considerado a primeira instituição a ter atendimento às pessoas com deficiência mental no Brasil. Como na França, a influência medica na educação dessas pessoas no Brasil, perdurou até a década de 30. Durante o império de Dom Pedro I, a pessoa com deficiência não gozava de direitos políticos, “Suspende-se o exercicio dos Direitos Politicos I. Por incapacidade physica, ou moral.” (Constituição de 1824, Art. 8, parágrafo I).

Durante o século XX o país vivenciou a estruturação da Republica e o processo de popularização da escola primária. Assim surge o movimento da “escola-nova”, que pregava: a educação como causa da transformação social, o interesse pela pesquisa, a preocupação em diminuir a desigualdade social e promover a liberdade individual da criança.

Na década de 30, chega ao Brasil, para coordenar o curso de formação de professores no estado de Minas Gerais, a psicóloga e educadora Helena Antipoff. Criou serviços de diagnósticos e classes especiais nas escolas públicas daquele estado, que depois acabou se estendendo por todo o país. Basta ressaltar, que Antipoff fundou a Sociedade Pestalozzi e influenciou a implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954.

Até a metade do século XX, o atendimento à pessoa com deficiência foi realizado através da institucionalização, da implantação de escolas especiais mantidas pela comunidade e de classes especiais nas escolas públicas para os diversos tipos de deficiência. Mas como era de se esperar o sistema público não dava conta da demanda, sendo assim, associações filantrópicas, sem fins lucrativos, por exemplo as APAES, ofereceram atendimento para deficientes mentais.

Haviam mais de 800 estabelecimentos de ensino especial no Brasil, por volta de 1970. Sendo assim no ano de 1973 foi criado o primeiro órgão nacional, responsável em estabelecer

a política de educação especial no país, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), por mais que suas ideias privilegiassem as iniciativas privadas. No ano de 1986, é criada a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa portadora de Deficiência (CORDE), que tinha que coordenar as ações em Educação Especial.

As Diretrizes da Educação Especial, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, de 1987, indicava que “[...] o aluno excepcional deve ser integrado no processo educacional comum para que possa utilizar-se, da melhor maneira possível, das oportunidades educacionais oferecidas aos alunos em geral”.

A Constituição Federal de 1988, apresenta linhas mestras em relação a educação Brasileira. Nos assegura que a educação é direito de todos e no que se refere as pessoas com deficiência afirma um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Constituição Federal 1988, cap. III, art, 208).

Em 1989, a lei federal 7853, no item que se refere a educação, prevê a oferta gratuita e obrigatória da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, e estabelece como crime a recusa da efetivação da matrícula do aluno, seja em instituições públicas ou privadas, sem justa causa.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é reiterado os direitos educacionais especializados para portadores de deficiências, de preferência na rede regular de ensino (Estatuto da Criança e do Adolescente 1990. Capítulo IV. Art. 54). No ano de 1994, representantes de mais de 80 países participaram em Salamanca, Espanha, de um evento muito importante para a educação especial, para a educação inclusiva. A declaração de Salamanca proclama as escolas regulares inclusivas, como o meio mais eficaz de combate à discriminação, determinando que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, religiosas e sociais.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (UNESCO, 1994).

Após a Declaração de Salamanca, muitas outras leis foram criadas no Brasil, para garantir e efetivar a Educação Especial e Inclusiva. Em 1996, a lei federal 9394/96, a LDB, ajustou-se à legislação federal e mostra que a educação de pessoas com deficiência, tem que ser realizada preferencialmente nas escolas da rede regular de ensino

atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (LDB, 1996)

Em 1998, o Ministério da Educação (MEC) lança um documento contendo as adaptações que devem ser feitas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a fim de se posto em pratica estratégias de ensino para alunos com deficiências. No ano de 2001, o MEC publica as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Mesmo com todas essas leis que preconizam o atendimento a pessoas com deficiência, o mesmo não consegue alcançar a toda sociedade Brasileira. Muitos deficientes continuam sem a escolarização, ou por falta de escola ou por causa de uma falsa inclusão, que muitas vezes é apenas interação.

3 Inclusão X interação

Há muitos anos se fala em inclusão, é proposto uma escola, um ensino, uma sociedade inclusiva. É montado em nossas ideias um lugar que seja experimentado, vivenciado por todos, sem exceção, mas isso é inclusão ou interação?

A inclusão é um mecanismo usado para que exista a participação de todos em um determinado conceito. Etimologicamente falando inclusão significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de. Assim, falar em inclusão escolar é falar do educando que está contido na escola, ao participar daquilo que o sistema educacional oferece, contribuindo com seu potencial para os projetos e programações da instituição. Porém, devemos ter cuidado para não pensar que a interação é a inclusão ou o contrário.

A palavra interação, em uma primeira análise pode ser caracterizada como a mesma coisa que inclusão, mas não é. Conforme o dicionário Gama Kury da Língua Portuguesa, interação, significa, ação que se estabelece entre duas ou mais coisas; ação recíproca.

Sendo assim, para que exista uma inclusão escolar verdadeira, não podemos apenas colocar o aluno com necessidades educacionais especiais (NEEs) dentro da sala de aula,

dentro do espaço escolar, mais proporcionar a ele uma maior e efetiva participação com a aula, fazer que ele interaja com a classe, com os conteúdos curriculares, com a avaliação, enfim com o sistema educacional.

Uma escola inclusiva é aquela que trabalha o aluno como um todo, não fragmentado, isso pode, isso não pode, aquilo ele vai ver, esse dali não, se trabalharmos assim, estamos integrando o aluno e não incluindo.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de professores e alunos de todo o estabelecimento de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da política, do currículo, da avaliação, de uma escola, em busca da diversidade.

O ensino deve ser garantido a todos para que exista um bom rendimento escolar, o fracasso escolar do aluno especial não pode mais ser considerado como algo inerente ao sujeito, tem que ser superado.

O ensino de alunos com necessidades educacionais especiais por muito tempo foi em forma de segregação. Nas últimas décadas esse ensino tem sido voltado para a Educação Inclusiva, tal prática ganhou mais força com a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994), que dentre várias proposta, diz que “as crianças e jovens com necessidade educativas especiais devem ter acesso a escolas regulares, que a elas devem se adequar ...”, uma vez que essas escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos ...” (p. 8-9, grifo nosso).

O modelo de segregação da Educação Especial, foi muito questionado, isso resultou na busca de novas e mais eficientes práticas pedagógicas, para a inserção dos alunos. Dessa forma, foi instituído no âmbito das políticas educacionais, a integração. Esse modelo visa preparar os alunos oriundos das classes e escolas especiais, para serem integrados em classes regulares, recebendo conforme suas necessidades, atendimentos paralelos em sala de recursos ou outras modalidades especializadas.

A inclusão juntamente com a interação, vem facilitar o acesso ao ensino, uma completa a outra, pois quando falamos em educação inclusiva, lembramos da acessibilidade do deficiente aos espaços físicos, como a mobilidade, o mobiliário adaptado e pronto para o uso etc. Quando isso ocorre começamos a ver a inclusão física dos alunos, mais no que se refere ao ensino, ao currículo, o que fazer?

O aluno com NEEs, tem o direito de participar de tudo o que ocorre na escola, referente ao ensino, ou seja, ele tem que interagir com os colegas, com o professor e com o

conteúdo. O uso do Atendimento Educacional Especializado (AEE), vem ser um auxiliador nesta inclusão e interação do aluno

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2013, p. 300).

A educação inclusiva deve levar a uma maior compreensão do ensino, tanto para os alunos ditos normais, quanto para os alunos especiais. A inclusão não é melhorar a escola e o ensino, para os alunos especiais, mas para todos os alunos, conforme Mantoan: inclusão é sair da escola do diferentes, e promover a escola das diferenças.

4 Pesquisa de campo: características gerais

4.1 A escola e a sala de aula

Os dados nos quais este trabalho se apoia foram obtidos através de uma pesquisa desenvolvida nos meses de Fevereiro e Março de 2015. A observação participante foi realizada na sala multiseriada do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

A Escola Municipal Ensino Infantil e Fundamental Professora Raimunda Miranda Barbosa dos Santos, está localizada na Zona Rural, denominada Vila Apuí, aproximadamente 21 Km da sede do Município de São Miguel do Guamá – Pará. É a escola sede ou matriz do Polo Professora Raimunda Miranda, que é formado 10 escolas anexas, divididas em 7 localidades. Possui 5 turmas, sendo que no turno da manhã funcionam 4 e a tarde 1, conta com 4 Professores, 1 Diretora, 1 Coordenadora Pedagógica, 1 Secretária, 1 Agente Administrativa, 1 Cuidadora e 3 Agentes de Serviços Gerais. A escola possui 77 alunos.

4.2 A professora

Maria das Graças Rodrigues Nunes (Gracinha), é professora da Educação do Campo, exerce o magistério a mais de 15 anos, possui Nível Superior, com Licenciatura em Pedagogia e Pós-Graduação em Psicopedagogia. É uma professora voltada aos interesses do aluno, procurando sempre promover um ensino de qualidade a sua classe. Conforme expressou em uma das entrevistas:

Sempre sonhei em ser professora, quando tive essa oportunidade agarrei com unhas e dentes, pois na sala de aula sou realizada. Fico muito feliz em poder ajudar as pessoas no processo de desenvolvimento e aquisição do conhecimento, ensinar é tudo para mim, ver que essas crianças chegam aqui sem saber ler, escrever, e depois com o tempo, já escrevem, leem, é motivo de muita alegria.

Gracinha é extremamente cuidadosa com seus alunos, durante todo o tempo de atuação em sala de aula, ela nunca tinha tido um aluno especial. Neste ano de 2015, foi uma surpresa para ela a matrícula do aluno K.L.B, ele tem a idade de 5 anos e é deficiente físico. Segundo a Professora, ter o K.L.B na sala, é uma forma de avaliação da prática docente dela, que apesar de ter domínio teórico na área da educação especial, a prática está bem defasada.

4.3 Rotina na sala de aula

Quando o K.L.B chegou na escola a primeira coisa que todos se perguntaram foi: como ele vai estudar?

Partindo dessa pergunta, a Professora, solicitou a Secretaria de Educação (Semed), a contratação de uma cuidadora, para que ela pudesse dar aula para os demais alunos normais e o K.L.B ficasse sob os cuidados da cuidadora.

Sei que não é fácil cuidar de uma criança deficiente em casa, imagina na escola, onde tenho que ensinar 20 alunos normais, teria que arrumar tempo para cuidar de um deficiente. Assim, eu não iria ensinar nenhum, pois o eu ficava com o K.L.B no colo ou na cadeira de rodas, ou ia para o quadro escrever.

Mesmo tendo a Psicopedagogia a Professora, confessa que não sabe como trabalhar com alunos especiais, quando indagada sobre a educação inclusiva, responde:

Não acontece inclusão aqui na escola, é só você ver a estrutura física do prédio, não tem rampa para dá acesso a cadeira de rodas, a escola não tem sala do AEE, o polo não possui um profissional do AEE, para atender as crianças especiais. Eu digo sem medo, não estou preparada como professora para a educação inclusiva e nem a escola e os outros profissionais da escola estão.

Os alunos especiais estão sujeitos a não participarem efetivamente do processo de ensino uma vez que eles só foram “incluídos” na escola, não existe interação com a classe e nem com os conteúdos. Quando foi perguntado aos outros professores e profissionais da escola, sobre a inclusão eles foram unânimes em declarar que, não estão prontos para a educação inclusiva.

5 Resultados

Partindo das dificuldades encontradas por Professores do Município de São Miguel do Guamá – Pará, em relação a educação inclusiva, a presente pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Ensino Infantil e Fundamental Professora Raimunda Miranda Barbosa dos Santos, procurando orientar os professores, como ensinar de forma inclusiva a toda sua turma.

Por se tratar de uma formação continua, ainda está sendo aplicadas as formações para a comunidade escolar interna, posteriormente será trabalhado com a comunidade externa. Percebe-se que desde o início da pesquisa até ao presente momento, a visão sobre a inclusão está sendo modificado, o ensino segregado deixado de lado, e a interação e a inclusão sendo postos em pratica. Conforme os dados no gráfico:

Considerações finais

A Educação Inclusiva, ainda é pouco usada e/ou conhecida em sua essência e totalidade. Muitos profissionais estão nas salas de aulas mais não sabem trabalhar de forma inclusiva.

Os alunos especiais estão sendo esquecidos por um sistema educacional que valoriza apenas o conteúdo e não o ser humano, a pessoa, o potencial que cada um de nós possuímos. Na busca por uma educação de qualidade, está sendo procurado a quantidade, e não o desenvolver do aluno, menos reprovados, menos dependentes e menos alfabetizados, sim isso é o que ocorre, quando deixamos de ensinar visando o formar o homem, ensinar para a vida e não apenas para o mercado de trabalho. Oxalá, que um dia cheguei nas escolas Brasileiras um ensino inclusivo, interativo e não de segregação.

Portanto, trabalhar a inclusão é tornar participante em tudo e de tudo o aluno com NEEs, ele é capaz de realizar várias coisas, devemos crer na potencialidade do aluno, não

devemos deixá-lo as margens da sociedade e nem do ensino. Buscar uma escola inclusiva é buscar uma escola humanizadora.

Referencias

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Diário da União. Ano 1832, nº 234, de 25/03/1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acessado em: 03 abr. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário da União. Ano 1988, de 05/10/1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 03 de abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20/12/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário da União. Ano CXXXIV, nº 248, de 23/12/96.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo-SP, Paz e Terra, 2011.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Por uma educação do campo na Amazônia**: Currículo e diversidade cultural em debate. Belém-Pará, 2004.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Editora Autores Associados Ltda, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: Saberes e identidade. In: PIMENTA, S. G. (Org). **Saberes pedagógicos e atividades docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial**: história, etiologia, conceitos e legislação vigente / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André

Maranhão In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.